



## Itesp ganha prêmio de solução extrajudicial de conflitos

Solucionar conflitos pelo uso e posse da terra, em áreas rurais e urbanas, sem que para isso seja necessário recorrer ao Judiciário rendeu à Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (Itesp) o I Prêmio Acesso à Justiça via Métodos Extrajudiciais de Solução de Controvérsias (Mesc). A fundação, vinculada à Secretaria de Estado da Justiça e da Defesa da Cidadania, foi premiada na categoria Casos de Sucesso, com o programa *Minha Terra*.

Dos trabalhos inscritos para o prêmio, o programa *Minha Terra* foi que o que teve a melhor avaliação, em termos operacionais, de resultado e de relevância social e levou uma menção honrosa da banca examinadora. A solenidade aconteceu na Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fapesp). A premiação abre uma nova porta na mediação de conflitos no campo e na cidade e é um marco no trabalho de política pública agrária e urbana no estado de São Paulo.

O prêmio foi criado pelo Sebrae e pela Confederação das Associações Comerciais e Empresariais do Brasil, por meio da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial. A iniciativa pretende divulgar e promover métodos extrajudiciais de solução de controvérsias. O prêmio quer ser um incentivo para o surgimento de novas iniciativas de acesso à Justiça e de disseminação da cultura de utilização dos Métodos Extrajudiciais de Soluções de Controvérsias, conhecido como Mesc.

A premiação foi entregue ao diretor adjunto de Recursos Fundiários da Fundação Itesp, Gabriel Veiga, pelo representante da Câmara Brasileira de Mediação e Arbitragem Empresarial, Flávio Giussani, e pelo consultor da Fapesp, João Martinez Vargas, que representou o presidente da organização, Alencar Burti.

Com o programa *Minha Terra*, a Fundação Itesp desenvolve ações de regularização fundiária, principalmente em municípios pobres do estado, como a região do Vale do Ribeira, parte do Vale do Paraíba, Sorocaba (Alto Ribeira e Capão Bonito) e o Pontal do Paranapanema. Todas essas regiões concentram os mais baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do estado de São Paulo.

O diretor executivo da Fundação Itesp, Gustavo Ungaro, esclarece que o programa *Minha Terra* é voltado para pequenos posseiros da cidade ou do campo e que o projeto foi a resposta encontrada pelo governo paulista para minimizar os conflitos pelo uso e posse da terra. Na quinta-feira (29/11), quando recebeu a notícia da premiação, Ungaro estava acompanhando o secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Luiz Antonio Marrey, na cidade de Apiaí (322 quilômetros da capital paulista) onde entregaram 503 títulos de propriedades a moradores da cidade.

“O prêmio é a coroação de um trabalho em busca do resgate da cidadania e respeito ao cidadão por meio da legitimação da posse da terra”, afirmou Gabriel Veiga. “Nossa iniciativa é permitir o acesso à cidadania como um meio alternativo para resolver conflitos sem recorrer ao Poder Judiciário e possibilitar que pequenos posseiros rurais e urbanos legalizem sua propriedade de maneira rápida e sem custos”, completou Gabriel.

“Há 10 anos, estamos divulgando esses métodos alternativos de solução de controvérsias como uma ferramenta séria e rápida de solução de conflitos”, explica Flávio Giussani. Ele acredita que a cultura de



---

judicialização de conflitos já está mudando e cita a própria presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ellen Gracie, que iniciou um movimento pela conciliação com o slogan *Conciliar é Legal*.

A ministra Ellen Gracie escolheu o dia 8 de dezembro para que toda a Justiça brasileira se volte para as conciliações. “No ano passado, o resultado desse movimento foi de 112 mil audiências num único dia; 84 mil efetivamente realizadas, redundando em mais de 48 mil acordos: um índice de sucesso de 57%”, esclarece Giussani, acrescentando que o Brasil “é o país com o maior custo judiciário da América Latina”.

A Associação Comercial de São Paulo irá inaugurar, na próxima semana, um posto avançado de conciliação próximo do Fórum João Mendes, na capital paulista, para incentivar e buscar alternativas de negociação na mediação. “É o início de um procedimento que estamos buscando fortalecer por meio desta premiação”, atesta João Martinez.

Por meio do programa *Minha Terra*, mais de 20 mil títulos de propriedade já foram entregues, em área aproximada de 70 mil hectares. A iniciativa da Fundação Itesp permitiu a regularização de posse aos pequenos proprietários rurais e urbanos. A legitimação da posse cria condição favorável a investimentos nos municípios, eliminando a indefinição dominial e permitindo a utilização do imóvel como garantia em contratos de financiamento.

Essa atividade do governo do estado, executada pela Fundação Itesp, tem sido vital para identificar, cadastrar e regularizar imóveis urbanos e rurais, possibilitando a segurança dominial do pequeno posseiro que, com o título, passa a ser proprietário do local em que mora. Da identificação de áreas passíveis de regularização fundiária à entrega de títulos de propriedade, as ações do Itesp envolvem trabalhos técnicos e jurídicos de uma equipe multidisciplinar.

Essa equipe é responsável pelos trabalhos técnicos, de levantamento dominial, cadastro das famílias e topografia. O Itesp expede o título e garante ao morador a posse definitiva do imóvel, valorizando-o, além de possibilitar o acesso a financiamentos, tendo a propriedade como garantia. Ao município, é possível implementar políticas públicas e estender melhorias aos bairros regularizados. No processo, aliás, há transferência de conhecimentos aos municípios envolvidos, que executam e atualizam suas bases cadastrais.

#### **Date Created**

30/11/2007